

Sexualidade e Relação de Gênero



Denise Pereira
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2019

Denise Pereira
(Organizadora)

Sexualidade e Relações de Gênero

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Lorena Prestes

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

S518 Sexualidade e relações de gênero [recurso eletrônico] / Organizadora Denise Pereira. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Sexualidade e Relações de Gênero; v. 1)

Formato: PDF

Requisito de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-047-6

DOI 10.22533/at.ed.476191601

1. Identidade de gênero. 2. Sexualidade. I. Pereira, Denise.
II. Título. III. Série.

CDD 306.7

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO:

Cada vez mais a academia está avançando em pesquisas sobre Sexualidade e Relação de Gênero. No século XXI, a sexualidade é compreendida como algo fluído, que muda ao longo de toda uma vida, é pessoal/individual, cada um com a sua, não há certo ou errado, havendo possibilidades e é paradoxal, ou seja, é sempre diferente da sexualidade dos outros, sendo o traço mais íntimo do ser humano, manifestando-se diferentemente em cada indivíduo, de acordo com as novas realidades e as experiências vividas culturalmente.

E a relação de gênero refere-se às afinidades sociais de poder entre homens e mulheres, em que cada um tem seu papel social que é determinado pelas diferenças sexuais. Que segundo Scott, devemos compreender que “gênero” torna-se, antes, uma maneira de indicar “construções culturais” - a criação inteiramente social de ideias sobre papéis adequados aos homens e às mulheres.

O conceito de gênero que enfatizamos neste livro está ligado diretamente à história do movimento feminista contemporâneo, um movimento social organizado, usualmente remetido ao século XIX e que propõe a igualdade nas relações entre mulheres e homens através da mudança de valores, de atitudes e comportamentos humanos.

Neste livro são apresentadas várias abordagens sobre “Sexualidade e Relação de Gênero”, tais como: discussões de conceitos; modo de vida, violência, direitos, Lei Maria da Penha, homoparentalidade, emancipação feminina, transexuais, homossexuais, sexualidade infantil, sexualidade masculina, mulheres no cinema e no futebol, entre diversos outros assuntos.

Boa leitura
Denise Pereira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	9
JUDITH BUTLER: PERFORMATIVIDADE, CONSTITUIÇÃO DE GÊNERO E TEORIA FEMINISTA	
Maria Irene Delbone Haddad	
Rogério Delbone Haddad	
DOI 10.22533/at.ed.4761916011	
CAPÍTULO 2	16
O DIREITO NÃO SOCORRE A QUEM EXPRESSA SUA SEXUALIDADE? ASSIMETRIAS JURÍDICAS ACERCA DAS MANIFESTAÇÕES DO SEXO NOS ÂMBITOS LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO BRASILEIROS	
Fábio Periandro de Almeida Hirsch	
José Euclimar Xavier de Menezes	
DOI 10.22533/at.ed.4761916012	
CAPÍTULO 3	26
PROTEÇÃO PARA QUEM? LEI MARIA DA PENHA E AS MULHERES TRANS	
Saskya Miranda Lopes	
Bianca Muniz Leite	
DOI 10.22533/at.ed.4761916013	
CAPÍTULO 4	34
SEXUALIDADE DESVIANTE DE MARIA: UM CASO DE PERVERSÃO FEMININA	
Joice Cordeiro Dos Santos	
Giseli Monteiro Gagliotto	
DOI 10.22533/at.ed.4761916014	
CAPÍTULO 5	46
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA MULHER: ATENDIMENTO NAS UNIDADES DE SAÚDE DO ESTADO DE RORAIMA	
Denison Lopes da silva	
DOI 10.22533/at.ed.4761916015	
CAPÍTULO 6	56
A EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES POR MEIO DA EDUCAÇÃO: GARANTIA DE DIREITOS E AS COTAS NA UNIVERSIDADE	
Grazielly dos Santos Germano	
Kênia Gonçalves Costa	
DOI 10.22533/at.ed.4761916016	
CAPÍTULO 7	70
AS AÇÕES DE REQUALIFICAÇÃO CIVIL DE PESSOAS TRANSEXUAIS E O PAPEL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (DPRJ)	
Mably Trindade	
DOI 10.22533/at.ed.4761916017	

CAPÍTULO 8 86

ATIVISMO E MARCOS LEGAL DA POPULAÇÃO LGBTQBTI: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Alberto Magalhães Pires
Carla Andreia Alves de Andrade
Charles Jefferson Cavalcanti da Silva
Esmeraldo Rodrigues de Lima Neto
Taiwana Batista Buarque Lira
Silvania Lucia da Silva Carrilho

DOI 10.22533/at.ed.4761916018

CAPÍTULO 9 95

A LEGALIDADE E LEGITIMIDADE DA APLICAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA NOS CASOS EM QUE FIGURE COMO VÍTIMA TRANSEXUAIS QUE MODIFICARAM SEU GÊNERO NO REGISTRO CIVIL SEM A REALIZAÇÃO DA NEOCOLPOVULVOPLASTIA

Alisson Carvalho Ferreira Lima
Naiana Zaiden Rezende Souza

DOI 10.22533/at.ed.4761916019

CAPÍTULO 10 106

BREVES REFLEXÕES SOBRE A VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR/DOMÉSTICAS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES LÉSBICAS EM NITERÓI/RJ

Thaís Vieira Gaudard Curcio
Nivia Valença Barros
Joice da Silva Brum

DOI 10.22533/at.ed.47619160110

CAPÍTULO 11 119

DIREITOS LGBT EM PALCO DE DISPUTAS

Thaís Vieira Gaudard Curcio
Nívia Valença Barros

DOI 10.22533/at.ed.47619160111

CAPÍTULO 12 130

EMBATE DE MINORIAS: A IDENTIDADE DE GÊNERO NO SISTEMA PRISIONAL

Leandro Leite
Verônica Gesser
Bruna Roberta Wessner Longen
Everaldo de Souza

DOI 10.22533/at.ed.47619160112

CAPÍTULO 13 141

FEMINISMOS, DEFICIÊNCIAS E DIREITOS DAS MULHERES SURDAS

Keli Krause
Laura Cecilia López

DOI 10.22533/at.ed.47619160113

CAPÍTULO 14 150

NORMATIZAÇÃO DA SEXUALIDADE NOS DISCURSOS MÉDICOS EUROPEUS A PARTIR DO SÉCULO XVIII: A PROSTITUTA, UMA “ESPÉCIE SEXUAL”

Daniela Nunes do Nascimento

DOI 10.22533/at.ed.47619160114

CAPÍTULO 15 162

PODEMOS CONTAR? A POTÊNCIA DA NARRATIVA COMO FERRAMENTA METODOLÓGICA E DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Luanna Calasans de Souza Santana
Márcia Santana Tavares

DOI 10.22533/at.ed.47619160115

CAPÍTULO 16 169

BREVES REFLEXÕES SOBRE A VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR/DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES LÉSBICAS EM NITERÓI/RJ

Joice da Silva Brum
Nivia Valença Barros
Thaís Vieira Gaudard Curcio

DOI 10.22533/at.ed.47619160116

CAPÍTULO 17 175

A VIOLÊNCIA SOBRE OS CORPOS INFANTO-JUVENIS NA BAHIA, FEIRA DE SANTANA E SALVADOR, 1940-1960

Andréa da Rocha Rodrigues Pereira Barbosa

DOI 10.22533/at.ed.47619160117

CAPÍTULO 18 1822

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: PENSANDO NO AGRESSOR

Gabriela Alano Pamplona
Perla Alves Martins Lima
Adan Renê Pereira da Silva
Sharlenny Santos Alencar

DOI 10.22533/at.ed.47619160118

CAPÍTULO 19 198

PERCEPÇÕES DE MULHERES DA MESMA FAMÍLIA E DE DIFERENTES GERAÇÕES SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Michelle Araújo Moreira
Jéssica Suellen Barbosa Mendes Ramos

DOI 10.22533/at.ed.47619160119

CAPÍTULO 20 212

SEXO ABRIGADO: CUIDADOS DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA PARA INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS

Milena Vaz Sampaio Santos
Jeane Freitas de Oliveira
Carle Porcino
Dejeane de Oliveira Silva
Lorena Cardoso Mangabeira Campos

DOI 10.22533/at.ed.47619160120

CAPÍTULO 21 220

REFLEXÕES ACERCA DA FALÁCIA DO BINARISMO ENTRE MASCULINO E FEMININO EM O MUNDO SE DESPEDAÇA

Ilauanna Teles Silva
José Carlos Felix

DOI 10.22533/at.ed.47619160121

FEMINISMOS, DEFICIÊNCIAS E DIREITOS DAS MULHERES SURDAS

Keli Krause

Universidade Federal do Pampa – Unipampa
São Borja, Rio Grande do Sul

Laura Cecilia López

Universidade do Vale do Rio dos Sinos –
Unisinos, Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais e em Saúde Coletiva
São Leopoldo, Rio Grande do Sul

RESUMO: Neste artigo refletimos sobre como se articulam gênero e deficiência para entender a violência contra mulheres surdas. Propomos uma articulação entre os estudos de gênero, de deficiências e os estudos surdos para indagar em como surge uma demanda feminista relacionada tanto às pautas do movimento surdo pela ampliação de direitos, quanto à discussão sobre violência contra a mulher. São analisados resultados exploratórios de uma pesquisa com intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (Libras), que acompanharam relatos/casos de violência contra mulheres surdas durante seu trabalho de tradução. Esses relatos nos levam a vislumbrar como a produção da deficiência se apresenta na incapacidade do Estado para acolher as demandas das mulheres surdas e de garantir condições igualitárias de acesso aos seus direitos.

PALAVRAS-CHAVE: feminismo surdo, deficiência, violência.

ABSTRACT: In this article we reflect on how gender and disability are articulated to understand violence against deaf women. We propose a link between gender studies, disability studies and deaf studies to investigate the emergence of a feminist demand related to both the patterns of the deaf movement for the expansion of rights and the discussion on violence against women. Exploratory results of a research with interpreters of Brazilian Sign Language were analyzed, accompanying cases of violence against deaf women during their translation work. These cases lead us to glimpse how the production of disability presents itself in the incapacity of the State to meet the demands of deaf women and to guarantee equal conditions of access to their rights.

KEYWORDS: deaf feminism, disability, violence.

1 | INTRODUÇÃO

No presente artigo refletiremos sobre como se articulam gênero e deficiência para entender a violência contra mulheres surdas. Em primeiro lugar, discutiremos como surge

uma demanda feminista articulada tanto às pautas do movimento surdo pela ampliação de direitos, assim como à discussão sobre violência contra a mulher. Em segundo lugar, analisaremos resultados exploratórios de uma pesquisa com intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (Libras), que acompanharam relatos/casos de violência contra mulheres surdas durante seu trabalho de tradução.

Como destacam Mello e Nuernberg (2012), no Brasil, são recentes as aproximações dos estudos feministas e de gênero com o campo dos estudos sobre deficiência. Também é recente a visibilidade pública de mobilizações de mulheres com deficiência, que estão instigando mudanças não só no âmbito das políticas públicas e garantias de direitos, mas também nos próprios estudos acadêmicos.

Entendemos a deficiência como “um processo que não se encerra no corpo, mas na produção social e cultural que define determinadas variações corporais como inferiores, incompletas ou passíveis de reparação/reabilitação quando situadas em relação à corponormatividade” (MELLO; NUERNBERG, 2012, p. 636). Assim, a deficiência é produto “da relação entre um corpo com determinados impedimentos [...] e um ambiente incapaz de acolher as demandas arquitetônicas, informacionais, programáticas, comunicacionais e atitudinais que garantem condições igualitárias de inserção e participação social” (MELLO; NUERNBERG, 2012, p. 636). Mello e Nuernberg (2012) apontam ainda que a articulação entre gênero e deficiência deve ser entendida como a relação entre o corpo com impedimento e o poder.

Articulamos a esses campos, os estudos surdos, para ressaltar a especificidade da condição de surdo como sujeito(s) que se situa(m) no mundo de maneira diferenciada, tendo a língua de sinais como distintiva na construção de conhecimento do mundo e na constituição e reconhecimento de identidade cultural (PERLIN, 1988; SKLIAR, 1997).

A violência contra as mulheres constitui um debate que vem sendo visibilizado na esfera pública pelo movimento feminista há décadas, potencializado pela aprovação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340 de 2006) e a criação de dispositivos de denúncia e proteção às mulheres em situação de violência. A temática também ocupa um lugar preeminente nos estudos feministas e de gênero, por afetar a vida de milhares de mulheres (VEIGA et al, 2016). Porém, conforme Mello (2016), os estudos que tematizam a violência contra as mulheres com deficiência são escassos.

Juntando os interesses da primeira autora, pesquisadora surda que realizou sua dissertação de mestrado em Ciências Sociais sobre a implementação de políticas públicas direcionadas à comunidade surda no campo dos meios de comunicação, principalmente pensando na acessibilidade através da língua de sinais (KRAUSE, 2018), e os interesses da segunda autora com questões de gênero e saúde, produzimos este artigo na interface dessas temáticas.

O caminho metodológico empreendido foi decorrente da pesquisa de mestrado de Krause (2018), no que se relaciona à revisão bibliográfica referente a movimento surdo, feminismo surdo e violência contra a mulher surda. Para os fins específicos

deste artigo, foi elaborado e aplicado um questionário com intérpretes de libras de várias cidades do Brasil, com base nas redes sociais, sobre a temática “o atendimento a mulheres surdas em situação de violência”.

Justifica-se a entrevista com os intérpretes de Libras, na medida em que são uma peça fundamental na promoção de acessibilidade e garantia de direitos sociais, na luta contra as barreiras comunicativas (LEITE, 2005). Além do mais, os intérpretes tiveram um papel fundamental no cenário político de implementação da Libras, já que desenvolveram “investigações sobre a língua de sinais, bilinguismo e sobre o próprio sujeito surdo e suas possibilidades de aprendizagem por meio desta língua” (SCHUBERT, 2015, p. 117). Anterior à aprovação da Lei da Libras, os intérpretes não tinham o status profissional que hoje possuem, que foi alcançado pela mobilização de líderes da categoria que articularam o movimento em prol da profissionalização desse grupo (QUADROS, 2008). Em futuras pesquisas poderemos indagar nas narrativas das próprias mulheres surdas.

2 | FEMINISMOS SURDOS E AS VIOLÊNCIAS

Os movimentos de mulheres vêm de longa data no Brasil. A partir da década de 1970, com a proliferação de movimentos sociais demandando a democratização do país, começam a ter representação pública mulheres de diversos grupos, sejam elas de grupos populares, negras, indígenas. No que se refere às mulheres surdas, ganham visibilidade como coletivo nos anos 2000. Um ponto importante para este destaque é a oficialização da Libras, por meio da Lei nº 10.436 de 2002.

O processo de oficialização colocou as mobilizações surdas em relevo na esfera pública. Porém, essas lutas vêm sendo delineadas desde a década de 1980. Em 1983, um grupo de surdos organizou uma Comissão de Luta pelos Direitos no Rio de Janeiro, desenvolvendo um trabalho importante nessa área. O grupo ganhou mais força e legitimidade a partir de 1987, quando foi criada a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – FENEIS. Entende-se a FENEIS como uma forma de institucionalização das demandas da comunidade surda na luta pelos seus direitos, sendo que os valores societários surdos passam a ser reconhecidos pela coletividade como um todo (PAIXÃO, 2018).

A ação coletiva iniciada pela FENEIS é um marco para a Comunidade surda na história do Brasil, com os movimentos sociais surdos, que repercutem até os dias atuais na sociedade contemporânea nas mais diversas áreas como: a educação, a saúde, o transporte, o direito humano, o mercado de trabalho e outros. Pode-se afirmar que a oficialização da Libras se tornou o centro das pautas dos movimentos surdos na medida em que ela constitui o meio de comunicação legítimo dos surdos (PERLIN; QUADROS, 2006).

Em 1997, um grupo de pesquisadores surdos e ouvintes criaram um Núcleo de

Pesquisa em Políticas Educacionais para Surdos (NUPPES), ligado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Rio Grande do Sul (UFRGS) com orientação para os estudantes dos cursos de mestrado e do doutorado, com objetivo de pesquisar e construir suas dissertações e teses na área da educação de surdos. Após inúmeras publicações e elevado número de produções em estudos surdos espalhou-se para outras instituições de ensino nos estados brasileiros, tornando-se uma referência.

Em 1998, a gaúcha Gladis Perlin se constitui na primeira doutora surda no Brasil, com seus estudos sobre identidades, refletindo sobre a escrita do “Surdo”, sendo que o S maiúsculo significa sujeito surdo. Ela trabalhou o conceito de identidade surda, se contrapondo ao estereótipo de incapacidade, imperante na nossa sociedade:

O estereótipo sobre o surdo jamais acolhe o ser surdo, faz com que as pessoas se oponham, às vezes disfarçadamente, e evite a construção da identidade surda, cuja representação é o estereótipo da sua composição distorcida e inadequada (PERLIN, 1998, p. 54).

Perlin se tornou bastante conceituada, porque rapidamente propagou seus importantes materiais sobre a construção das identidades surdas entre os movimentos, somando às lutas pela garantia de direitos. Nesse caminho, a aprovação da Lei da Libras teve um efeito importante para a inclusão social dos surdos e das surdas por meio de viabilizar a comunicação e o acesso a novas informações sobre cidadania, política, saúde, educação, acessibilidade e outros aspectos em geral que circulam na sociedade. A partir disso começaram a se ampliar as oportunidades para a comunidade surda em vários âmbitos sociais. Houve um crescimento de universitários surdos nas instituições de ensino superior e em todos os níveis de ensino, contando com a presença de intérpretes de Libras.

Em relação à interface entre o movimento surdo e o movimento de mulheres, sendo destacado o movimento feminista surdo, a pedagoga surda Shirley Vilhava, do Mato Grosso do Sul, por ocasião da comemoração do Dia Internacional da Mulher, começa a questionar em que medida as mulheres surdas estavam sendo contempladas nas políticas para as mulheres desenvolvidas no Estado do Mato Grosso do Sul. Ela entrou em contato com outras surdas brasileiras para propor uma mobilização que deu como produto um evento que teve como nome de I Encontro Latino Americano de Mulheres Surdas, realizado em Belo Horizonte em 2004. Esse encontro foi organizado por Gladis Perlin, educadora e militante surda mencionada anteriormente, e lá foram discutidas as lutas e movimentos das mulheres surdas, delineando suas primeiras demandas como coletivo. Este encontro teve como objetivo constituir movimentos em prol das mulheres surdas nos países latino-americanos, através de debates sobre a realidade social das mulheres surdas na América Latina nos aspectos referentes à saúde, violência, educação, sexualidade, política, direitos, cidadania.

As duas pesquisadoras e ativistas mencionadas participaram, como

representantes da FENEIS, da Consulta Nacional para as Mulheres com Deficiência e Mulheres Ciganas, que aconteceu no mês de março de 2016 em Brasília. Conforme as autoras:

A mulher surda é comparada à mulher deficiente. Muitas vezes a sociedade continua com a educação colonialista sobre a mulher surda sem noção de sua diferença. No momento em que somos chamadas de deficientes, somos comparadas às mulheres ouvintes. Essa é uma representação que assume aspectos de discriminação, de nossa língua e cultura, pelo completo desconhecimento do valor linguístico que a língua de sinais possui e também pelo completo desconhecimento da significação do ser mulher surda, ou seja, ser uma pessoa que entende o mundo pelos olhos e necessita de informação em sua língua visual (PERLIN; VILHAVA, 2016, p.6).

Foram pautadas demandas que abarcaram as diversas áreas, com apelo à Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, ao Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e ao Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência para que atendam seus anseios, a fim de desencadear políticas para as mulheres surdas, sejam políticas específicas ou conjuntas às de mulheres ouvintes. Nessa direção, Perlin e Vilhava (2016, p. 6) afirmam:

A inclusão das mulheres surdas será muito mais prática se desenvolvida conjuntamente com a Secretaria de Políticas para as Mulheres, que se constitui em um espaço de esperança para o empoderamento da mulher surda. Ela atua de forma conjunta com os Ministérios da Justiça, da Saúde, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do Trabalho e Emprego.

Uma das pautas que emergiram dentro do movimento de mulheres surdas é a relacionada às vivências de violência que essas mulheres sofrem. Em 2015 ocorreu o primeiro encontro sobre Violência contra Mulheres Surdas, tal evento da comunidade surda foi realizado na Escola Pública Municipal Helen Keller, em São Paulo.



Figura 01: Cartaz sobre a programação do evento.

Fonte: <http://diariodosurdo.com.br/2015/08/i-encontro-sobre-violencia-contra-mulheres-surdas-na-hk/>

Em 2016 aconteceu o Primeiro Encontro Nacional: Feminismo e Empoderamento Surdo, no Rio de Janeiro, com objetivo de criar o programa de Política de Mulheres

Surdas focando na mulher surda sem acesso às informações e, por tanto, aos seus direitos referentes à denúncia e prevenção da violência. Foram abordados temas como violência doméstica, Lei Maria da Penha, machismo, sexismo, objetivação do corpo da mulher e sua relação com as desigualdades de gênero.



Figura 02: A imagem do evento “Feminismo e Empoderamento Surdo”.

Fonte: <http://blog.feneis.org.br/wp-content/uploads/2016/11/capapalestra-01-1040x446.png>

A assistente social surda Maria Auxiliadora Araújo, coordenadora do programa de política para mulheres surdas da FENEIS no Rio de Janeiro, afirmou em entrevista sobre o evento:

Após isso, foi criado um grupo no Facebook (hoje com 12 pessoas), no qual mulheres surdas começaram a debater sobre direitos femininos. Desde então, segundo as organizadoras que tocam o projeto com recursos próprios, o grupo vem sendo procurado por mulheres que sofrem violência doméstica. “No caso das surdas o problema é ainda mais grave devido à falta de acesso à informação” (s/d).¹

Iniciativas como a do primeiro Fórum Municipal de Combate à Violência contra a Mulher com Deficiência, que ocorreu em agosto de 2016, na cidade de Canoas, Rio Grande do Sul, realizado no auditório do Ministério Público e promovido pela Prefeitura de Canoas, pela Coordenadoria de Políticas para Pessoas com Deficiência e Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, são avanços importantes para dar visibilidade ao tema.

3 | A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES SURDAS NA PERSPECTIVA DOS INTÉRPRETES DE LIBRAS

Como mencionamos anteriormente, foi realizada uma pesquisa online e os convites para responder o questionário circularam nas redes sociais. Responderam

¹ <http://www.ebc.com.br/cidadania/2016/11/movimento-feminista-surdo-realiza-encontro-no-rio-para-debater-questoes-de-genero> [Acesso em 10/08/2018]

o questionário 68 intérpretes de Libras distribuídos em 13 estados brasileiros (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Bahia, Roraima, Goiás, Paraíba, Pernambuco e Ceará).

Todos eles, homens e mulheres, relataram acompanhar casos de violência sofrida por mulheres surdas. Em relação a onde o/a intérprete estava atuando quando se apresentou o caso de violência, o local mais citado foi a Delegacia, aparecendo em menor medida outros contextos, como audiências públicas, atendimento psicológico, escolas, Conselho Tutelar, atendimento psiquiátrico, empresa, advocacia, Fórum, secretarias que atendem às pessoas com deficiência. O fato de serem casos de violência nos faz compreender sua preeminência de aparição nas delegacias. Muito acontece, pois a própria autoridade sentindo a necessidade procura o profissional de LIBRAS para auxiliar no fato. Seria necessária a presença de intérprete em todos os setores públicos, mas na realidade sabemos que não acontece.

Essas violências referem a assédio sexual, estupro, violência sexual, principalmente praticada no seio da família, caracterizadas pelos entrevistados como violência doméstica. Conforme apontam os seguintes relatos:

Não tive contato [com caso de violência], mas soube de relatos, e de alguma surda, uma era abusada pelo pai, outras por familiares, infelizmente acontece e as próprias surdas não falam, pois ficam com medo. (Tradutor/intérprete de Libras – TILS de Coxim – MS, 2017)

A surda era menor de idade, ela era abusada pelo padrasto do qual a mantinha como refém do medo caso falasse com alguém mataria a ela e a mãe. Ela agora passa por tratamento psicológico do qual a acompanho durante este processo. Fiquei tão envolvido que pedi para o Juiz me afastar do caso, mas foi negado. Estou nesse tratamento há três anos. A surda está melhor. E eu também. (TILS de Canoas – RS, 2017).

Nos dois relatos são mencionadas situações de ameaças e de medo das mulheres de denunciar. Situações típicas da violência contra as mulheres que se aprofundam e agravam com a condição de surdez. No segundo relato ainda é referido o envolvimento emocional do profissional, que o levou a pedir afastamento do caso, o que nos leva a questionar se os intérpretes de Libras tem o preparo profissional para lidar com essas experiências ao formar parte tão intrínseca ao processo de comunicação. Também podemos questionar sua posição como intérprete homem e que talvez não tenha discussões de gênero que o amparem para se pensar no lugar de defender os direitos das mulheres surdas. Nos relatos, as intérpretes mulheres apareceram com posturas mais vinculadas à defesa de direitos das mulheres.

Outro relato que refere à violência doméstica pode nos abrir reflexões sobre algumas problemáticas que envolvem a posição da intérprete.

A mulher havia sofrido violência doméstica e naquele momento estava determinada a prestar queixa contra aquele homem. Ela usava Libras básica e alguns sinais caseiros. O marido queria ainda sim se justificar colocando a culpa do ato nela. Uma coisa que me chamou atenção foi que em algum momento o delegado dizia “essa parte não precisa ‘traduzir’ para ela”. Eu disse “não posso fazer isso. Seria

anti-ético. Ela tem direito de saber o que vocês estão falando já que eu também estou.” O delegado até tentou reputar, mas como viu que eu não deixaria passar, então seguiu com as perguntas. Outra coisa que me chamou atenção e que para mim era claro era o problema com comunicação por causa da língua. O marido não usava Libras. Falava e fazia gestos caseiros. Percebi machismo da parte do marido e até do policial. (TILS de Florianópolis – SC, 2017).

Interessante notar que a própria cena de denúncia nos remete a várias assimetrias que afetam a mulher surda. No caso, pareceu ter um acordo implícito entre o marido da vítima e o delegado que culpabilizava a mulher pela violência sofrida, que a própria intérprete burlou a partir de se negar a “não traduzir algumas partes”, tal como o delegado propôs, e reivindicar o direito da mulher surda. A assimetria de gênero que colocava a mulher numa situação vulnerável se aprofundava com o problema de comunicação, principalmente o fato do marido não usar Libras.

Podemos relacionar com o estudo de Anderson e Pezzarossi (2013), que refere que mulheres surdas têm mais chances de ser vítima de assédio sexual, agressão sexual, abuso psicológico e abuso físico do que as ouvintes. Em relação às mulheres ouvintes, as mulheres surdas apresentam mais vulnerabilidades em relação à limitada capacidade de negociação com seus parceiros, principalmente quando estes são ouvintes, e/ou quando outros marcadores sociais (raça, classe, status profissional, etc.) potencializam as desigualdades de gênero.

Outro caso em que um problema de comunicação vinculado à disparidade do uso de Libras perpassou a situação é o seguinte:

Morava em cidade pequena e fui convocada pelo delegado. Quando cheguei na delegacia, ela e o esposo usavam sinais caseiros e ele havia batido nela. Tentei interpretar e entender o que diziam, entendi poucos detalhes, conseguimos nos comunicar com mímica. Repassei tudo para o delegado. Apenas não assinei o termo que declarava que eu me responsabilizava pela interpretação, já que ela não usava a Libras e a minha interpretação foi mais uma dedução do que ela estava falando usando os sinais caseiros. Além disso, não consegui compreender tudo. O marido passou a noite na prisão, mas depois foi solto e voltou com a esposa (TILS de Palhoça – SC, 2017).

Pode-se notar que a falta de fluência na Libras que o casal apresentava constituiu um desafio para a intérprete transpor essa barreira. A intérprete tentou contribuir, mas não garantiu com sua assinatura já que não foi usada a Libras. Este caso nos leva a perceber a importância da expansão da língua de sinais para garantir os direitos das e dos surdos, mas ao mesmo tempo, destaca o quanto o Estado produz a deficiência, sendo incapaz de acolher diversas maneiras de comunicação. Nessa linha, uma intérprete chamou a atenção para o seguinte:

Foram vários atendimentos que eu já realizei. Muitas surdas são analfabetas, a maioria não conhecia seus direitos, muitas não tinham fluência em Libras. O meu maior desafio são surdas que foram interditadas pela família e querem a desinterdição. Estes casos são longos e a surda passa por vários processos desde delegacia, justiça e perícias psiquiátricas. (TILS de Alvorada – RS, 2017).

Vemos a articulação de várias assimetrias, relacionadas à baixa escolaridade e/ou pouca fluência de Libras, à interdição da família, que se potencializam com a

leitura de que o Estado não só parece incapaz de lidar com essas situações, mas que submete a mulher a uma série de dispositivos que agravam a sua situação de vulnerabilidade. Como também mostra o seguinte relato:

Em algumas situações atendi como psicóloga, outra situação como intérprete, foi muito difícil quando o caso se tratava de criança menor de 9 anos, principalmente no espaço da delegacia onde passava por perícia médica, constrangedor para a TILS, muito mais para a mulher violentada, onde tem médico, enfermeira, TILS, relator policial, horrível esse momento. (TILS de Santa Maria – RS, 2017).

Os constrangimentos nos próprios procedimentos de denúncia da violência contra a mulher operam, em muitos casos, potenciados com marcadores sociais da diferença, como classe social, raça, e neste caso se soma a surdez. No sentido já apontado da produção da deficiência na perspectiva da incapacidade do Estado, vemos o seguinte relato:

Achei muito difícil para uma mulher surda compreender todos os seus direitos quando não há materiais em Libras e também não há uma rede de apoio de outras mulheres que possam construir o pensamento de que ela é uma vítima e não a causadora do problema ou culpada pelo que aconteceu. Vejo a necessidade de cursos e materiais em Libras para educar todas as mulheres, de todas as classes sociais. (TILS de Palhoça – SC, 2017)

Denota-se, neste relato, um ambiente incapaz de acolher as demandas das mulheres surdas que levem a garantir condições igualitárias de acesso aos seus direitos.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hoje a violência é um dos principais problemas que atinge a população brasileira. A violência está presente em todos os segmentos da sociedade, manifestando-se de diversas formas, e gerando impactos e consequências sociais. E mulheres deficientes sofrem ainda mais do que as outras mulheres pelo simples fato de terem uma dificuldade ainda maior de denunciar seus agressores que estão principalmente entre familiares ou seus cuidadores.

Daremos um exemplo, refletindo sobre uma informação básica, que nos indica a falta de acessibilidade para as mulheres surdas. A mídia divulga nas redes de TV que a denúncia de violência deve ser feita ligando para o 180 (central de atendimento à mulher). Como as mulheres surdas realizariam essa ligação, sem poder falar e às vezes nem sequer ter um intérprete? Acreditamos que a maioria não sabe como fazer denúncia, pois não há materiais especiais em Libras. As instituições precisam criar estratégias de comunicação envolvendo a elaboração de materiais para as mulheres com deficiência.

Acreditamos que as demandas das mobilizações que articulam feminismos e deficiências possam criar cenários em que seja problematizado por parte das instituições como garantir condições igualitárias de acesso aos direitos das mulheres

com deficiência, no caso que tocamos neste artigo, das mulheres surdas. Além disso, o incentivo a pesquisa social que articule os três campos (estudos de gênero, da deficiência e os estudos surdos) é importante na medida em que possam produzir um conhecimento localizado dessas realidades e contribuir para a criação de estratégias de ação.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, ML; LEIGH, IW; SAMAR, VJ. **Intimate partner violence against Deaf women: A review**. *Aggression and Violent Behavior*, n. 16, p. 200–206, 2013.

KRAUSE, Keli. **A implementação de políticas para a comunidade surda no campo dos meios de comunicação**: uma análise comparativa Brasil-Argentina. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Unisinos, 2018.

LEITE, Emeli Marques C. **Os papéis do Intérprete de Libras na sala de aula inclusiva**. Editora Arara Azul, 2005.

MELLO, Anahi G. Economia moral do cuidado: um estudo sobre violências contra mulheres com deficiência em Belo Horizonte. In: VEIGA, A.M.; LISBOA, T.K.; WOLFF, C.S. (Org.) **Gênero e violências**. Diálogos interdisciplinares. Florianópolis: Edições do Bosque/CFH/UFSC, 2016, p. 86-120.

MELLO, Anahi G.; NUERNBERG, Adriano H. Gênero e deficiência: interseções e perspectivas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 20(3): 635-655, setembro-dezembro/2012.

PAIXÃO, Eduardo H. M. **Repertório de Ação do Movimento Surdo no Brasil**. Campana pela oficialização da Língua Brasileira de Sinais – Libras. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Unisinos, 2018.

PERLIN, Gladis. Identidades surdas. In: Skliar, C. (org). **A surdez**: Um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.

PERLIN, Gladis; QUADROS, Ronice M. Ouvinte: o outro do surdo. In: QUADROS, R. (Org.) **Estudos Surdos I**. Petrópolis: Editora Arara Azul, 2006, p. 166-185.

PERLIN, Gladis; VILHAVA, Schirley. Mulher surda: elementos ao empoderamento na política afirmativa. **Revista Forum**, n. 33, jan-jun 2016. Disponível em: <<http://www.porsinal.pt/index.php?ps=artigos&idt=artc&cat=27&idart=453>> Acesso em: 27/05/2017.

SCHUBERT, Silvana E. M. **Entre a surdez e a língua**. Outros sujeitos, novas relações. Curitiba: Editora Prismas, 2015.

SKLIAR, Carlos. Uma perspectiva sócio-histórica sobre a psicologia e a educação dos surdos. In: SKLIAR, C. (Org.). **Educação e exclusão**: abordagens socioantropológicas em educação especial. Porto Alegre: Mediação, 1997, p. 105-153.

VEIGA, Ana Maria; LISBOA, Teresa K.; WOLFF, Cristina S. (Org.). Apresentação. Pensando gênero e violências. In: VEIGA, A.M.; LISBOA, T.K.; WOLFF, C.S. (Org.). **Gênero e violências**. Diálogos interdisciplinares. Florianópolis: Edições do Bosque/CFH/UFSC, p. 1-6.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-047-6

